



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

REFORMULAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

LEI ORGÂNICA

Data: 28 de abril de 2014.

Súmula: Reformula e atualiza a Lei Orgânica do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Diretiva, promulga a seguinte Lei Orgânica Municipal

TÍTULO I Da Organização Municipal

CAPÍTULO I Do Município

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 1.º O Município de Bandeirantes, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada por sua Câmara Municipal.

Art. 2.º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. São símbolos do Município: a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 3.º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 4.º A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria da cidade.

Parágrafo único. O Município conta com um único Distrito, que é o Distrito Nossa Senhora da Candelária.

SEÇÃO II

Da Divisão Administrativa do Município

Art. 5.º O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação federal, estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 6º desta Lei Orgânica.

§ 1.º A criação do Distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais Distritos, que serão suprimidos, sendo dispensada, nesta hipótese, a verificação dos requisitos do art. 6º desta Lei Orgânica.

§ 2.º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3.º O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

Art. 6.º São requisitos para a criação de Distrito:



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

I – população, eleitorado e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para a criação de Município;

II – existência, na povoação-sede, de pelo menos cinquenta moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial.

Parágrafo único. A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

a) declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de estimativa da população;

b) certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias.

d) certidão do órgão fazendário estadual e do municipal certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

e) certidão emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e de Segurança Pública do Estado, certificando a existência da escola pública e dos postos de saúde e policial na povoação-sede.

Art. 7.º Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

I – evitar-se-ão, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II – dar-se-á preferência, para a delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III – na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

IV – é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo único. As divisas distritais serão trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 8.º A alteração de divisão administrativa do Município somente pode ser feita quadrienalmente, no ano anterior ao das eleições municipais.

Art. 9.º A instalação do Distrito se fará perante o Juiz de Direito da Comarca, na sede do Distrito.

CAPÍTULO II

Da Competência do Município

SEÇÃO I

Da Competência Privativa

Art. 10. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

II – complementar a legislação federal e a estadual, no que couber;

III – elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

IV – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual, e o que estabelece esta Lei Orgânica;

V – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VI – elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos;

VII – instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar, na forma que lhe aprouver, as suas rendas;

VIII – fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

IX – dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;

X – dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

XI – organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos servidores públicos;

XII – organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XIII – planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;

XIV – estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a lei federal;

XV – conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XVI – cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinado o fechamento do estabelecimento;

XVII – estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários;

XVIII – adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;

XIX – regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;

XX – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais;

XXI – fixar os locais de estabelecimentos de táxis, moto-taxi, taxi popular e dos demais veículos;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XXII – conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo de táxi, moto-táxi e táxi-popular;

XXIII – fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXIV – disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XXV – tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária, podendo porém, permitir a utilização de outros pontos, desde que, previamente aprovados e expressamente autorizados pela administração competente;

XXVI – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais bem como, regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXVII – ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXVIII – prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar, hospitalar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXIX – dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios;

XXX – regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XXXI – prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus serviços próprios ou mediante convênio com instituição especializada;

XXXII – prestar assistência social, ampla e irrestrita, às pessoas carentes, com recursos próprios, ou mediante convênios com entidades e/ou órgãos públicos, federal ou estadual;

XXXIII – organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXXIV – fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XXXV – dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXXVI – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XXXVII – promover os seguintes serviços:

- a) mercados, feiras e matadouros;
- b) construção e conservação de estradas, carreadores e caminhos municipais;
- c) transportes coletivos estritamente municipais;
- d) iluminação pública.

XXXVIII – regulamentar o serviço de carros, motos e caminhões de aluguel, se for o caso o uso de taxímetro, inclusive a implantação de zona azul;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XXXIX – assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimento;

§ 1.º As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIV deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

- a) zonas verdes e demais logradouros públicos em consonância com a legislação do meio ambiente;
- b) vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales;
- c) passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais com largura mínima de dois metros nos fundos de lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo;

§ 2.º A lei complementar de criação da guarda municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços, instalações municipais e da pessoa humana.

SEÇÃO II

Da Competência Comum

Art. 11. É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência congênita ou adquirida, inclusive, extensiva aos portadores de necessidade especiais;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural, assim considerados;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, ao esporte e ao lazer;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – fomentar a produção agropecuária, incentivar o cooperativismo, apoiar a agricultura familiar, e organizar o abastecimento alimentar;

VIII – preservar a fauna e a flora;

IX – promover programas de defesa do consumidor;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – estabelecer e implantar política de educação para segurança no trânsito.

§ 1.º As normas referentes aos portadores de necessidades especiais, a que se refere o inciso II deste artigo se traduzem no seguinte:

a) construção de barras e rampas, perfeitamente adaptáveis, quando de construções ou reformas de prédios públicos e privados, respeitando as normas de acessibilidade;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

b) implantação nas escolas situadas dentro do Município, de salas de recursos, para correção de distúrbios de linguagem, com professor especializado e sob a supervisão de fonoaudiólogo ou credenciado pelo Departamento de Educação Especial, para o exercício de tal mister;

c) implantação nas escolas situadas dentro do Município, de classes especiais para deficientes mentais, com a atuação de professor especializado, após triagem dos alunos, feita pelo D.E.E. (Departamento de Educação Especial);

d) designação do Posto de Saúde Municipal para a realização do teste de fenilcetonúria e hipotireoidismo congênito (teste do pezinho), destinado à população mais carente;

§ 2.º O Município remunerará o professor especializado em Deficiência Mental, Auditiva ou Visual, contratado ou com vínculo empregatício, e que esteja atuando na área de Educação Especial, com o percentual de 50% a mais do salário pago pelo Magistério.

SEÇÃO III

Da Competência Suplementar

Art. 12. Ao Município compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse, visando a adaptá-las à realidade local.

Parágrafo único. Serão elaboradas leis complementares pertinentes a cada caso.

CAPÍTULO III

Das Vedações



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 13. Ao Município é vedado:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV – subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V – manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – outorgar isenções e anistia fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

VIII – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

IX – estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

X – Cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

XI – utilizar tributos com efeito de confisco;

XII – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XIII – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei federal;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1.º A vedação do inciso XIII, alínea a é extensiva às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

refere ao patrimônio, à renda, e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2.º As vedações do inciso XIII, alínea a e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 3.º As vedações expressas no inciso XIII, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nela mencionadas.

§ 4.º As vedações expressas nos incisos VII a XIII serão regulamentadas em lei complementar federal.

TÍTULO II

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara Municipal

Art. 14. O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

Art. 15. A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 1.º São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da lei federal:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o sistema eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade de dezoito anos;
- VII – ser alfabetizado.

§ 2.º O número de Vereadores da Câmara Municipal de Bandeirantes fica fixado em treze, a partir da próxima legislatura.

Art. 16. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 05 de dezembro.

§ 1.º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2.º A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3.º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I – pelo Prefeito, quando este entender necessário, e a matéria for de relevante interesse público;

II – pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III – Pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;

IV – pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no art. 37, inciso V, desta Lei Orgânica.

§ 4.º Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 17. As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário constante na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

§ 1.º As deliberações da Câmara Municipal serão tomadas mediante três discussões e três votações, com interstício mínimo de vinte e quatro horas.

§ 2.º Os vetos, as indicações, as moções e os requerimentos terão uma única discussão e votação.

Art. 18. A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

Art. 19. As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no art. 36, inciso XII desta Lei Orgânica.

§ 1.º Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto, ou por outra causa que impeça a sua utilização, as sessões poderão ser realizadas em outro local, aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2.º As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 20. As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, de dois terços (2/3) dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 21. As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço (1/3) dos membros da Câmara.

Parágrafo único. Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

SEÇÃO II

Do Funcionamento da Câmara

Art. 22. A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros, onde prestarão o seguinte compromisso:

“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR, COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO, E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES E PELO BEM-ESTAR DO SEU POVO”.

§ 1.º A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 2.º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3.º No dia imediato à sessão de instalação, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4.º Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 5.º O dia e a hora da eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, será deliberado pela maioria simples dos membros da Câmara, na última sessão ordinária do segundo ano de cada legislatura, e realizar-se-á até o dia 30 de dezembro, considerando automaticamente empossados os eleitos no dia 1º de janeiro do ano subsequente.

§ 6.º No ato da posse e ao término do mandato, os Vereadores deverão fazer declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

Art. 23. O mandato da Mesa será de 2 (dois) anos, e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderá ser reeleito para um único período subsequente.

Art. 24. A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e do Segundo Secretário, os quais se substituirão nesta ordem.

§ 1.º Na constituição da Mesa é assegurada tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2.º Na ausência dos membros da Mesa o Vereador mais idoso assumirá a Presidência.

§ 3.º Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

Art. 25. A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1.º Às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um terço (1/3) dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

§ 2.º As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 3.º Na formação das comissões, assegurar-se-á tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 4.º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço dos seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, pelo Presidente da Câmara, ou em caso de omissão deste, pelo Presidente da Comissão, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 26. A Maioria, a Minoria, as representações Partidárias com número de membros superior a 1/9 (um nono) da composição da Casa, e os blocos parlamentares terão Líder e Vice-Líder.

§ 1.º Quando houver apenas um representante, será este considerado, para todos os efeitos, como líder.

§ 2.º A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou partidos Políticos à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual. Podendo, não obstante, tal indicação ser feita a qualquer tempo.

§ 3.º Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 27. Além de outras atribuições previstas no regimento interno, os líderes indicarão os representantes partidários nas Comissões da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. Ausente ou impedido o líder, suas atribuições serão exercidas pelo vice-líder, devendo, neste caso, a Mesa ser cientificada, para os devidos fins.

Art. 28. À Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços, e, especialmente, sobre:

- I – sua instalação e funcionamento;
- II – posse de seus membros;
- III – eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;
- IV – número de reuniões mensais;
- V – comissões;
- VI – sessões;
- VII – deliberações;
- VIII – todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 29. Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

Parágrafo único. A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à Câmara e, se o Secretário ou Diretor for Vereador Licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara para instauração do respectivo processo, na forma da Lei Federal, e conseqüente cassação do mandato.

Art. 30. O Secretário Municipal ou Diretor equivalente a seu pedido, poderá comparecer perante o plenário ou qualquer comissão da Câmara expor assunto e discutir projeto de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 31. A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais ou Diretor equivalente, importando crimes de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 32. À Mesa, dentre outras atribuições compete:

I – tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II – propor projetos que criem ou extinguem cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III – apresentar projetos de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV – promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V – representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VI – devolver à Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara Municipal, no final do exercício;

VII – enviar ao Prefeito, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;

VIII – elaborar e enviar, até o dia 1º de agosto de cada ano, a proposta orçamentária da Câmara Municipal a ser incluída na lei orçamentária do município;

IX – propor projeto de Decreto Legislativo e de Resolução.

Art. 33. Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- I – representar a Câmara em juízo ou fora dele;
- II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III – interpretar e fazer cumprir o regimento interno;
- IV – promulgar as resoluções e decretos legislativos;
- V – promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado no Plenário, desde que não aceita esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;
- VI – fazer publicar os atos da Mesa, as Resoluções, Decretos Legislativos e as Leis que vier a promulgar;
- VII – autorizar as despesas da Câmara;
- VIII – representar por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
- IX – solicitar, por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;
- X – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;
- XI – encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal competência.

SEÇÃO III

Das Vedações



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 34. À Câmara Municipal, à Mesa ou ao seu Presidente, é vedado:

I – recusar fé aos documentos públicos;

II – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

III – subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração da Casa;

IV – manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou serviços públicos.

SEÇÃO IV

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 35. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município em especialmente:

I – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas;

II – autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III – votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV – deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V – autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI – autorizar a concessão de serviços públicos;

VII – autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VIII – autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX – autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

X – autorizar a alienação de bens imóveis;

XI – criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;

XII – criar, estruturar e conferir atribuições a Secretários ou Diretores equivalentes e órgãos da administração pública;

XIII – aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

XIV – autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XV – delimitar o perímetro urbano;

XVI – autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVII – estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

Art. 36. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

I – eleger sua Mesa;

II – elaborar o Regimento Interno;

III – organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV – propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V – conceder licença, ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

VI – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, por mais de vinte dias, por necessidade do serviço;

VII – tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta (60) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação da Câmara, as contas serão incluídas da matéria na Ordem do Dia da sessão subsequente, de forma a sobrestar as deliberações quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação das contas do Prefeito Municipal;

c) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente remetidas ao Ministério Público para os fins de direito;

VIII – decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

IX – autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

X – aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, o Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno ou entidades assistências culturais;

XI – estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XII – convocar o Prefeito e os Secretários Municipais ou Diretor equivalente para prestar esclarecimentos, aprazando o dia e hora para o comparecimento;

XIII – deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XIV – criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço (1/3) de seus membros;

XV – conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;

XVI – solicitar a intervenção do Estado no Município;

XVII – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei federal;

XVIII – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta;

XIX – fixar, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, e que será reajustada conforme dispõe o Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

XX – fixar, observado o que dispõe os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais.

Art. 37. Ao término de cada sessão legislativa a Câmara elegerá dentre os seus membros, em votação aberta e nominal, uma Comissão Representativa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares na Casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, contando com cinco Vereadores escolhidos, preferencialmente, os líderes e os Vice-Líderes dos partidos ou blocos parlamentares, com as seguintes atribuições:

I – reunir-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;

II – zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III – zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de vinte dias;

V – convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência, ou de interesse público relevante.

§ 1.º A Comissão Representativa, constituída por cinco Vereadores, será presidida pelo Presidente da Câmara, que necessariamente será um dos cinco Vereadores.

§ 2.º A Comissão Representativa deverá apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO V

Dos Vereadores

Art. 38. Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato, e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 39. É vedado ao Vereador:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública direta ou indireta do Município, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 83, I, IV e V desta Lei Orgânica;

II – desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública direta ou indireta do Município, de que seja exonerável “ad nutum” salvo o cargo de Secretário Municipal ou diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresas que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I deste artigo.

Art. 40. Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III – que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou improbidade administrativa;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

IV – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V – que fixar residência fora do Município;

VI – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1.º Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2.º Nos casos dos incisos I e II deste artigo, a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto aberto e nominal pela maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada, entretanto, ampla defesa.

§ 3.º Nos casos previstos nos incisos III a VI deste artigo, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 41. O Vereador poderá licenciar-se:

I – por motivo de doença;

II – para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa;

III – para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

IV – em face de licença-maternidade ou de licença-paternidade, que serão concedidas seguindo os mesmos critérios e condições estabelecidos para os servidores públicos municipais, sem prejuízo da remuneração. [\(Incluído pela Emenda nº 06/2022\)](#)

§ 1.º Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, conforme previsto no art. 39, inciso II, alínea “a” desta Lei.

§ 2.º Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, deste artigo, a Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença ou auxílio-especial.

§ 3.º O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da Legislatura e não será computado para efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 4.º A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5.º Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6.º Na hipótese do § 1º deste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 42. Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§ 1.º O Suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2.º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o “quorum” em função dos Vereadores remanescentes.

SEÇÃO VI

Do Processo Legislativo

Art. 43. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de :

I – emendas à Lei Orgânica Municipal;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – resoluções;

VI – decretos legislativos.

Art. 44. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal.

§ 1.º A proposta será votada em dois turnos com interstício de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2.º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3.º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no município.

Art. 45. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.

Art. 46. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

- I – Código Tributário do Município;
- II – Código de Obras;
- III – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- IV – Código de Posturas;
- V – Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;
- VI – Lei Orgânica instituidora da guarda municipal;
- VII – Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 47. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgão da Administração Pública;

IV – matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

Parágrafo único. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte.

Art. 48. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:

I – autorização para aberturas de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II – organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo único. Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada por um terço (1/3) dos Vereadores.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 49. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1.º Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até noventa dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2.º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia da sessão subsequente, de forma a sobrestar as deliberações quanto as demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3.º O prazo previsto no § 1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 50. Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1.º O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio aberto e nominal.

§ 2.º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3.º Decorrido o prazo do § 1º, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4.º A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será, dentro de 30 dias a contar do seu recebimento, apreciado em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio aberto e nominal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 5.º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 6.º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 48 desta Lei Orgânica.

§ 7.º A não promulgação da Lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 3º e 5º, criará para o Presidente da Câmara a obrigação de fazê-lo em igual prazo.

Art. 51. As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1.º Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar e os planos plurianuais e orçamentos não serão objeto de delegação.

§ 2.º A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3.º O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara que fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

Art. 52. Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo único. Nos casos de projeto de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final a elaboração da norma jurídica que será promulgada pelo Presidente da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 53. A matéria constante do projeto de lei e de requerimento de indicação rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto ou requerimento de indicação, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO VII

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 54. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

§ 1.º O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2.º As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.

§ 3.º Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§ 4.º As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 55. O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de :

I – criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesas;

II – acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III – avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV – verificar a execução dos contratos.

Art. 56. As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, após a publicação de sua chegada no órgão oficial do município, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

CAPÍTULO II

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 57. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, Vice-Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Parágrafo único. Aplica-se à elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1º do art. 15 desta Lei Orgânica e a idade mínima de vinte e um anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 58. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente, nos termos estabelecidos no art. 29, incisos I e II da Constituição Federal.

Parágrafo único. A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

Art. 59. O Prefeito Municipal e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subseqüente à eleição, em sessão da Câmara Municipal, prestando o seguinte compromisso:

“PROMETO DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES E DESEMPENHAR; COM LEALDADE E PATRIOTISMO, AS FUNÇÕES DO MEU CARGO”.

Parágrafo único. Decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 60. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1.º O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§ 2.º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 61. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. O Presidente da Câmara, recusando-se, por qualquer motivo, assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinenti, à sua função de dirigente do Poder Legislativo, ensejando, assim a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo.

Art. 62. Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I – ocorrendo a vacância nos três primeiros anos do mandato, dar-se-á eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores;

II – ocorrendo a vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara que completará o período.

Art. 63. O mandato do Prefeito é de quatro anos, permitida a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 64. O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a vinte dias, sob pena de perda do cargo ou de mandato.

§ 1.º O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I – impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II – em gozo de férias;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III – a serviço ou em missão de representação do Município.

IV – em face de licença-maternidade ou de licença-paternidade, que serão concedidas seguindo os mesmos critérios e condições estabelecidos para os servidores públicos municipais, sem prejuízo da remuneração. [\(Incluído pela Emenda nº 06/2022\)](#)

§ 2.º O Prefeito gozará férias anuais de trinta dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

§ 3.º A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais será estipulada na forma do inciso XX do art. 36 desta Lei Orgânica.

Art. 65. Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito fará declaração de bens no momento em que assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito

Art. 66. Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

Art. 67. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Orgânica;

I – a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei

II – representar o Município em juízo e fora dele;

III – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para a sua fiel execução;

IV – vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V – decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

VI – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VII – permitir ou autorizar a execução de serviços públicos, por terceiros;

VIII – prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

IX – enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;

X – encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo, ou em data de conformidade com determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

XI – encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XII – fazer publicar os atos oficiais;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XIII – prestar à Câmara, dentro de vinte dias, as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

XIV – prover os serviços e obras da administração pública;

XV – superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XVI – colocar à disposição da Câmara, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez e até o dia 20 de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares e especiais;

XVII – aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;

XVIII – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;

XIX – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos mediante denominação aprovada pela Câmara;

XX – convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;

XXI – aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXII – apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem como o programa da administração para o ano seguinte;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XXIII – organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;

XXIV – contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXV – providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação na forma da lei;

XXVI – organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município;

XXVII – desenvolver o sistema viário do Município;

XXVIII – conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

XXIX – providenciar sobre o incremento do ensino;

XXX – estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XXXI – solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado, para garantia do cumprimento de seus atos;

XXXII – solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a vinte dias;

XXXIII – adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXIV – publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XXXV – prestar à Câmara Municipal, dentro de vinte dias, respostas aos requerimentos e indicações apresentados e aprovados pelos vereadores, de forma clara, específica e justificada.

Art. 68. O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos II, VIII, XIV e XXIII do artigo 67.

SEÇÃO III

Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 69. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 83, incisos I, IV e V desta Lei Orgânica.

§ 1.º É igualmente vedado ao Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada. E ao Vice-Prefeito quando investido no cargo de Prefeito.

§ 2.º A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1º importará em perda do mandato.

Art. 70. As incompatibilidades declaradas no art. 39, seus incisos e letras desta Lei Orgânica, estendem-se no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Art. 71. São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em lei federal.

Parágrafo único. O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 72. São infrações político-administrativas do Prefeito as previstas em lei federal.

Parágrafo único. O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara.

Art. 73. Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I – ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

III – infringir as normas do artigo 64 desta Lei Orgânica.

IV – perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

SEÇÃO IV

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 74. São auxiliares diretos do Prefeito:

I – os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;

II – os subprefeitos.

Parágrafo único. Os cargos são de livre nomeação e exoneração ao Prefeito.

Art. 75. A lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 76. São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário ou diretor equivalente:

I – ser brasileiro;

II – estar no exercício dos direitos políticos;

III – ser maior de vinte e um anos.

Art. 77. Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou Diretores equivalentes:

I – subscrever atos e regulamentos referentes aos seus próprios órgãos;

II – expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III – apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas repartições;

IV – comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais;

§ 1.º Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou Diretor da Administração.

§ 2.º A infringência do inciso IV deste artigo, sem justificção, importa em crime de responsabilidade.

Art. 78. Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 79. A competência do Subprefeito limitar-se-á ao Distrito para qual foi nomeado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. Aos Subprefeitos, como delegados do Executivo, compete:

I – cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, as leis, resoluções, regulamentos e demais atos do Prefeito e da Câmara;

II – fiscalizar os serviços distritais;

III – atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando lhes for favorável a decisão proferida;

IV – indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Distrito;

V – prestar contas ao Prefeito mensalmente ou quando lhe forem solicitadas.

Art. 80. O Subprefeito, em caso de licença, ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 81. Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo.

SEÇÃO V

Da Administração Pública

Art. 82. A administração Pública direta ou indireta, de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e também ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e nos casos de livre nomeação e exoneração, somente



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

mediante apresentação pelo indicado ao cargo, de ficha limpa nos termos da legislação federal vigente;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiências e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data, sem distinção de índices;

XI – a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, ao seu Prefeito;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 84, § 1º desta Lei Orgânica;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XV – os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os arts. 37, XI, XII; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, da Constituição Federal;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico.

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1.º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

de orientação social, dela não podendo constar nomes símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2.º A não observância do disposto nos incisos II e III deste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3.º As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§ 4.º Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível, mediante decisão judicial transitada em julgado.

§ 5.º A lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6.º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou de culpa.

Art. 83. Ao servidor público com exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

SEÇÃO VI

Dos Servidores Públicos

Art. 84. O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1.º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes ao mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2.º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, inciso IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

§ 3.º O regime jurídico e os planos de carreira do servidor público decorrerão dos fundamentos estabelecidos no § 1º, incisos I a VI do art. 33 da Constituição Estadual.

~~§ 4.º Aos servidores públicos municipais de Bandeirantes(PR), que recebem a gratificação por tempo integral, prevista no art. 90 da Lei n.º 1.886/94 (Estatuto~~



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

~~dos Funcionários Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais), de 15/09/1994, há mais de 05 (cinco) anos na data da vigência desta Lei Orgânica, ininterruptamente, e àqueles que vierem completar este período durante a vigência desta Lei Orgânica, fica assegurada a sua incorporação aos seus vencimentos. (Revogado pela Emenda nº 07/2022)~~

Art. 85. O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1.º Lei Complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, letras “a” e “c”, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2.º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3.º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4.º Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5.º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 86. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1.º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2.º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3.º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até ser adequado em outro cargo.

SEÇÃO VII



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Da Segurança Pública

Art. 87. O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1.º A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§ 2.º A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Capítulo III

Da Transição Administrativa

Seção I

Da Transição Administrativa no Poder Executivo

Art. 87–A - Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entregar ao sucessor e sua equipe de transição administrativa, logo na primeira reunião e para publicação imediata, relatório da situação da administração municipal cujas informações e documentos integrantes serão previstos em lei específica. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

§1º Em caso de reeleição do atual Prefeito o relatório previsto no caput deste artigo servirá como prestação de contas à população. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

§2º O relatório previsto no caput deste artigo deverá ser disponibilizado em linguagem clara e objetiva e com termos explicativos a fim de se facilitar o controle social e o acesso à informação. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art.87-B - Até 15 dias após o resultado das eleições será constituída equipe de transição administrativa, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo publicado no Diário Oficial do Município. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

§1º A equipe de transição administrativa será composta de 14 membros: [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

I- 5 servidores públicos nomeados pelo Chefe do Poder Executivo atual, com capacidade técnica ou profissional nas áreas de atuação previstas no § 2º deste artigo e 2 agentes públicos livremente nomeados; [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

II- Prefeito Municipal e Vice-Prefeito eleitos e 5 pessoas com capacidade técnica ou profissional nas áreas de atuação previstas no § 2º deste artigo, livremente indicadas por escrito pelo Prefeito Eleito até 10 dias após o resultado das eleições. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

§2º Os cinco membros da equipe de transição administrativa nomeados pelo atual Prefeito Municipal serão: [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

I- Um representante do setor jurídico: [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

II- Um representante do setor contábil; [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

III- Um representante do setor financeiro; [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

IV- Um representante do controle interno; [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

V- Um representante do setor de planejamento; [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§3º A equipe de transição administrativa será chefiada pelo Prefeito Eleito. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

Art. 87-C - A equipe de transição administrativa de que trata o artigo anterior tem por objetivo inteirar-se do funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal e preparar os atos de iniciativa do novo Prefeito do Município, a serem editados imediatamente após a sua posse. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

Art. 87-D – Todos os agentes públicos municipais, dentro de suas respectivas atribuições ficam obrigados a fornecer as informações solicitadas pela equipe de transição administrativa, bem como a prestar-lhe o apoio técnico e administrativo necessários aos seus trabalhos. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

§1º. Todos os membros da equipe de transição têm o dever de manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização civil e penal, nos termos de legislação federal. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

§2º As informações solicitadas pela equipe de transição deverão ser prestadas na forma e no prazo de até 5 dias de modo a assegurar o cumprimento dos objetivos da transição administrativa. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

Art. 87-E - Compete ao Prefeito em exercício disponibilizar local, infra-estrutura e apoio administrativo necessário e adequado ao desempenho as atividades da equipe de transição. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

Art. 87-F - As propostas orçamentárias para os anos que ocorrem eleições municipais deverão prever dotações orçamentárias, alocadas em ação específica para atendimento das despesas decorrentes do disposto nesta sessão. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Seção II

Da Transição Administrativa no Poder Legislativo

Art. 87-G – As regras sobre transição administrativa no Poder Legislativo serão previstas em Resolução específica. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2020\)](#)

TÍTULO III

Da Organização Administrativa Municipal

CAPÍTULO I

Da Estrutura Administrativa

Art. 88. A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1.º Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2.º As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a Administração indireta do Município se classificam em:

I – autarquia – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II – empresa pública – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o Município seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III – sociedade de economia mista – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da Administração indireta.

IV – fundação pública – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exigem execução por órgão ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos próprios, do Município e de outras fontes.

§ 3.º A entidade de que trata o inciso IV do § 2º adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

§ 4.º Ficam assegurados à Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel” os direitos previstos na Lei Municipal n.º 1168/73 de 13 de novembro de 1973.

CAPÍTULO II

Dos Atos Municipais

SEÇÃO I

Da Publicidade dos Atos Municipais

Art. 89. A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 1.º A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 2.º Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3.º A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 90. O Prefeito fará publicar:

I – diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II – mensalmente, por edital, o balancete resumido da receita e da despesa;

III – mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV – anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II

Dos Livros

Art. 91. O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 1.º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário previamente designado para tal fim.

§ 2.º Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticado.

SEÇÃO III

Dos Atos Administrativos

Art. 92. Os atos administrativos de competência do prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I – DECRETOS, numerados em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
- g) permissão de uso de bens municipais;
- h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- i) normas de efeitos externos, não privativos da lei;
- j) fixação e alteração de preços;

II – PORTARIA, nos seguintes casos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) lotação e relocação nos quadros de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto;

III – CONTRATO, nos seguintes casos:

- a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do art. 82, IX, desta Lei Orgânica;
- b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

Parágrafo único. Os atos constantes dos itens II e III deste artigo, poderão ser delegados.

SEÇÃO IV

Das Proibições

Art. 93. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo único. Não se incluem nesta proibição, os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 94. A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO V

Das Certidões

Art. 95. A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze (15) dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.

Parágrafo único. As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO III

Dos Bens Municipais

Art. 96. Cabe ao Prefeito a Administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 97. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídos.

Parágrafo único - Em toda a frota motorizada da Prefeitura deverá constar, em local visível, os seguintes dados: “Prefeitura Municipal de Bandeirantes - PR”, o nome da “secretaria” ou “setor” a qual o veículo está vinculado, junto também com o brasão de armas do município, sendo vedados quaisquer outros tipos de dizeres, cores ou caracteres que configurem identificação com a administração municipal. [\(Incluído pela Emenda nº 02/2019\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 98. Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

- I – pela sua natureza;
- II – em relação a cada serviço.

Parágrafo único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

~~Art. 99. A alienação de bens municipais, subordinados à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:~~

~~I — quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;~~

~~II — quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo.~~

~~Art. 99. A alienação de bens municipais, subordinados à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerão as seguintes normas: [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~

~~§ 1.º Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e de licitação, na modalidade de concorrência pública, salvo nos seguintes casos: [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~

~~I — fica dispensada de autorização legislativa e de licitação à alienação, concessão de direito real de uso e cessão de posse, prevista no § 3º do art. 26 da Lei Federal nº 6.766/79, introduzido pela Lei Federal nº 9.785/99, de imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública criados especificamente para esse fim; [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~

~~II — independem de licitação os casos de: [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

a) — venda permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo; [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)

b) — doação em pagamento; [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)

c) — doação, desde que devidamente justificado o interesse público, permitida para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo ou para entidades de fins sociais e filantrópicos, vinculada a fins de interesse social ou habitacional, devendo, em todos os casos, constar da escritura de doação os encargos do donatário, o prazo para seu cumprimento e cláusula de reversão e indenização; [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)

d) — permuta por outro imóvel a ser destinado ao atendimento das finalidades preceituadas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, conforme avaliação prévia. [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)

§ 2.º — Quando móveis, dependerá apenas de avaliação prévia e licitação, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Poder Executivo; [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)

I — doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação; [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)

II — venda de ações em bolsa, observada a legislação específica e após autorização legislativa; [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)

III — permuta; [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)

IV — venda de títulos, na forma da legislação pertinente e condicionada à autorização legislativa; [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)

V — venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração, em virtude de suas finalidades. [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 99. A alienação de bens da Administração Pública Municipal, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes à autarquia municipal, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de: [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

a) dação em pagamento; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas “f”, “g” e “h” deste inciso; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

c) permuta por outros imóveis que atendam aos requisitos relacionados às finalidades precípuas da Administração, desde que a diferença apurada não ultrapasse a metade do valor do imóvel que será ofertado pelo Município, segundo avaliação prévia, e ocorra a torna de valores, sempre que for o caso; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

d) investidura; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente usados em programas de habitação ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

g) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis comerciais de âmbito local, com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e destinados a programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

h) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da Administração Pública, para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de: [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

d) venda de títulos, observada a legislação pertinente; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

e) venda de bens produzidos ou comercializados por entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

f) venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível por quem deles dispõe para outros órgãos ou entidades da Administração Pública. [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

§ 1º A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão. [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

§ 2º Os imóveis doados com base na alínea “b” do inciso I do caput deste artigo, cessadas as razões que justificaram sua doação, serão revertidos ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada sua alienação pelo beneficiário. [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

§ 3º A Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel, admitida a dispensa de licitação, quando o uso destinar-se a: [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

I - outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

II - pessoa natural que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, de ocupação mansa e pacífica e de exploração direta sobre área rural; [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

~~Art. 100. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa.~~

~~§ 1.º Ficam convalidadas todas as doações e concessões de direito real de uso, anteriormente outorgadas pelo Município aos órgãos públicos federais e estaduais, e às pessoas jurídicas de direito privado estas que já implementaram e/ou implementarão suas atividades empresariais no Município, nos termos das respectivas leis autorizatórias das doações e/ou concessões de direito real de uso.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

~~§ 2.º A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensando a licitação. As áreas resultantes de modificações de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.~~

~~§ 3.º O Município poderá optar, preferentemente, pela doação, com encargos ou cláusulas especiais, nos casos de relevância social, e destinados exclusivamente às moradias de pessoas de baixa renda, devidamente comprovadas.~~

~~§ 4.º O Município poderá regularizar, mediante contrato, os imóveis destinados exclusivamente à moradia, ocupados por pessoa de baixa renda, cadastradas no Cad Único, cuja residência foram construídas às suas expensas, devidamente comprovadas, há mais de 05 (cinco) anos, outorgando-lhe a concessão de uso especial, por 25 (vinte e cinco) anos, e, após expirados este prazo, ensejará a formalização da escritura pública definitiva que será outorgada pelo Município.~~

~~Art. 100. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência. [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~

~~§ 1.º A concorrência a que se refere o caput deste artigo poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público ou a outro órgão ou entidade da administração pública e entidades assistências e filantrópicas. [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~

~~§ 2.º Fica dispensada de autorização legislativa e de licitação a venda ao proprietário do único imóvel lindeiro de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, por preço nunca inferior ao da avaliação. [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~

~~§ 3.º Na hipótese prevista no parágrafo segundo, a venda dependerá de licitação se existir mais de um imóvel lindeiro com proprietários diversos. [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~

~~§ 4.º As áreas resultantes de modificações de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não. [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

~~§ 5.º O Município efetuará a regularização fundiária urbana de ocupações residenciais ou comerciais existentes em áreas de propriedade do Município de Bandeirantes e edificações irregulares, no âmbito deste Município mediante edição de lei específica com esta finalidade considerando em especial o disposto na Lei Federal nº 11.977/2009. [\(Redação dada pela Emenda nº 01/2015\)](#)~~

Art. 100 A doação ou concessão de direito real de uso com encargo de bens pertencentes à Administração Pública Municipal será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, dispensada a licitação em caso de interesse público devidamente justificado. [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, caso o donatário ou concessionário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e as demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador. [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

Art. 101. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

~~Art. 102. O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.~~

Art. 102 O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir, na forma da lei e regulamentos respectivos. [\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

§ 1.º A concessão de uso dos bens públicos de uso especial dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvada a hipótese do § 1º do Art. 100 desta Lei Orgânica.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2.º A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3.º A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto.

~~Art. 103. Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município e o interessado recolher, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.~~

Art. 103. Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município, na forma da lei e regulamentos respectivos.
[\(Redação dada pela Emenda nº 08/2023\)](#)

Art. 104. A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

CAPÍTULO IV

Das Obras e Serviços Municipais

Art. 105. Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

- I – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;
- II – os pormenores para a sua execução;
- III – os recursos para atendimento das respectivas despesas;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

IV – os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1.º Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo caso de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2.º As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e, por terceiros, mediante licitação.

Art. 106. A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1.º Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2.º Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3.º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4.º As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos da imprensa da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 107. As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 108. Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

Art. 109. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem como, através de consórcio, com outros Municípios.

CAPÍTULO V

Da Administração Tributária e Financeira

SEÇÃO I

Dos Tributos Municipais

Art. 110. São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídas por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e as normas gerais do direito tributário.

Art. 111. São de competência do Município os impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

III – vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.

§ 1.º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social.

§ 2.º O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens os direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3.º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos previstos nos incisos III e IV.

Art. 112. As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à disposição pelo Município.

Art. 113. A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 114. Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração Municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 115. O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

SEÇÃO II

Da Receita e da Despesa

Art. 116. A Receita Municipal constituir-se-á de arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 117. Pertencem ao Município:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquia e fundações municipais.

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do Imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. O Município repassará à autarquia e fundação, a quantia do Imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por esta.

Art. 118. A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feito pelo Prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo único. As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 119. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1.º Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2.º Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

Art. 120. A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 121. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 122. Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento ao correspondente cargo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 123. As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

SEÇÃO III

Do Orçamento

Art. 124. A elaboração e a execução da lei orçamentária anual e plurianual de investimentos obedecerá às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas do Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 125. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, e ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão de Finanças à qual caberá:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara.

§ 1.º As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 2.º As emendas do projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço de dívida; ou

III – sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3.º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos específicos ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

~~Art. 125-A. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)~~

Art. 125-A. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. [\(Redação dada pela Emenda nº 09/2023\)](#)

§1º. As emendas parlamentares serão encaminhadas pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo por meio de planilhas individuais dos vereadores juntamente com a devolução da Lei de Diretrizes Orçamentárias para a devida inclusão no Anexo das Emendas Parlamentares Impositivas da Lei Orçamentária Anual. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§2º. As emendas parlamentares terão como valor referencial a receita corrente líquida do Município verificada no período de maio do exercício anterior a abril do exercício vigente, excluído o valor da receita corrente líquida das entidades integrantes da administração indireta municipal. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)

§3º. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde, previsto no caput deste artigo, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso III do parágrafo 2º do artigo 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)

~~§4º. Fica obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no período mencionado no parágrafo segundo deste artigo, a qual deverá ocorrer de forma equitativa, assim considerada execução das programações de caráter obrigatório que atendam de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)~~

§4º. Fica obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares em montante correspondente a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no período mencionado no parágrafo segundo deste artigo, a qual deverá ocorrer de forma equitativa, assim considerada execução das programações de caráter obrigatório que atendam de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria. [\(Redação dada pela Emenda nº 09/2023\)](#)

§5º As emendas parlamentares não serão de execução obrigatória somente em caso de impedimento de ordem técnica. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§6º No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que se refira às emendas parlamentares, serão adotadas as seguintes medidas: [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)

I – até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento; [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)

II – até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste artigo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)

III – até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II deste artigo, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)

IV – se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III deste artigo, a Câmara Municipal não deliberar sobre o projeto de lei, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei Orçamentária. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)

§7º. Após o prazo previsto no inciso IV do parágrafo anterior, as emendas parlamentares não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do mesmo parágrafo. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)

§8º. O não envio da comunicação prevista no inciso I e do Projeto de Lei previsto no inciso III do parágrafo sexto deste artigo mantém a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares previstas no parágrafo quarto, não podendo mais ser alegado impedimento de ordem técnica. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§9º. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no parágrafo quarto poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)

Art. 125-B. A garantia de execução de que trata §4º do artigo 125-A desta Lei Orgânica aplica-se também às programações incluídas pelas emendas de iniciativa de bancada dos integrantes do Poder Legislativo, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida apurada no período mencionado no §2º do artigo 125-A desta Lei Orgânica. [\(Incluído pela Emenda nº 09/2023\)](#)

§1º. Metade do percentual mencionado no caput deste artigo será destinado a ações e serviços públicos de saúde. [\(Incluído pela Emenda nº 09/2023\)](#)

§2º Para efeito deste artigo, considera-se bancada o partido político individualmente considerado com representatividade no Poder Legislativo. [\(Incluído pela Emenda nº 09/2023\)](#)

§3º O percentual referido no caput deste artigo será distribuído entre as bancadas existentes no Poder Legislativo de forma proporcional ao número de vereadores integrantes de cada bancada. [\(Incluído pela Emenda nº 09/2023\)](#)

§4º As emendas de iniciativa de bancada serão encaminhadas pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo por meio de planilhas individuais de cada uma das bancadas juntamente com a devolução da Lei de Diretrizes Orçamentárias para a devida inclusão no Projeto da Lei Orçamentária Anual. [\(Incluído pela Emenda nº 09/2023\)](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§5º As disposições do artigo 125-A desta Lei Orgânica aplicam-se, no que não conflitam, às emendas de iniciativa de bancada tratadas neste artigo. [\(Incluído pela Emenda nº 09/2023\)](#)

Art. 126. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações;

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 127. O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

§ 1.º O não cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará a elaboração pela Câmara, independente do envio da proposta, da competente Lei de Meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor.

§ 2.º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Art. 128. A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, o projeto da lei orçamentária à sanção, será promulgado como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 129. Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 130. Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta seção, as regras do processo legislativo.

Art. 131. O Município, para execução de projetos, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar orçamentos plurianuais de investimentos.

Parágrafo único. As dotações anuais dos orçamentos plurianuais deverão ser incluídas no orçamento de cada exercício, para utilização do respectivo crédito.

Art. 132. O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na Receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, na Despesa, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 133. O orçamento não conterá dispositivos estranhos à previsão da Receita, nem fixação da Despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição a:

I – autorização para abertura de créditos suplementares;

II – contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 134. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com a finalidade precisa, aprovadas pela Câmara por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 167 desta Lei Orgânica e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação da receita, prevista no inciso II deste artigo;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem identificação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 126 desta Lei Orgânica;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1.º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2.º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3.º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como decorrentes de calamidade pública.

Art. 135. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês.

Art. 136. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como, a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

TÍTULO IV

Da Ordem Econômica e Social

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 137. O Município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 138. A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Art. 139. O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e à justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 140. O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão e de bem-estar coletivo.

Art. 141. O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo único. É isenta de impostos a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Volantes e de Consumo de Bandeirantes Limitada.

Art. 142. O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Art. 143. O Município dispensará à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destes, por meio de lei.

CAPÍTULO II

Da Previdência e Assistência Social



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 144. O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1.º Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2.º O plano de assistência social do Município nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no art. 203 da Constituição Federal.

Art. 145. Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos nas leis federal e estadual.

Parágrafo único. A Lei Municipal disciplinará a aplicação dos recursos estaduais, previstos no art. 175 da Constituição Estadual, para os programas de assistência social e de apoio ao esporte amador.

CAPÍTULO III

Da Saúde

Art. 146. O Município, dentro de sua competência e atribuições, é o responsável pela saúde e bem-estar de seus habitantes.

Parágrafo único. A saúde é direito de todos os munícipes, e dever do Poder Público Municipal, assegurada mediante política sociais e econômicas que visem a eliminação de risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 147. As ações e serviços de saúde são de natureza pública, cabendo ao poder público municipal sua normatização e controle,



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

devendo sua execução ser feita através de serviços próprios, podendo ser complementada por serviços de terceiros.

§ 1.º Para a complementação dos serviços públicos de saúde, poderão ser firmados convênios, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

§ 2.º É vedado o emprego de dinheiro público sob a forma de auxílios ou subvenções para as entidades privadas com fins lucrativos.

Art. 148. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Art. 149. O ingresso no serviço público de saúde, para a área médica e para-médica deverá ser feita mediante concurso público.

Art. 150. São competências do Município, exercidas pelo Secretário de Saúde:

I – dirigir e disciplinar o Sistema Único de Saúde, na área municipal, em articulação, consonância, e/ou através de convênio com a Secretaria de Estado da Saúde;

II – aplicar, após definidos por lei, os planos de carreira para os profissionais da Saúde, com incentivo para a dedicação exclusiva e tempo integral, proporcionando capacitação e reciclagem permanentes e oferecendo condições adequadas no âmbito do trabalho para a plena execução de suas atividades em todos os níveis;

III – efetuar o planejamento e a execução das ações e controle das condições e dos ambientes de trabalho, assim como, dos problemas da saúde com eles relacionados;

IV – a administração e execução das ações e serviços de saúde e de promoção nutricional;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

V – o planejamento e execução das ações de vigilância sanitária e epidemiológica e de saúde do trabalhador no âmbito do município;

VI – o planejamento e execução das ações de controle do meio ambiente e de saneamento básico no Município;

VII – o planejamento e execução de programas e projetos estratégicos para enfrentar prioridades nacionais, estaduais e situações emergenciais;

IX – a organização de Distritos Sanitários com alocação de recursos técnicos e práticos de saúde, adequados à realidade epidemiológica local.

Art. 151. Ficam criadas no âmbito municipal, as instâncias colegiadas de caráter deliberativo: Conferência Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde e Conselho Consultivo.

§ 1.º A Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Prefeito Municipal e com plena representação da comunidade, objetiva avaliar a situação da saúde no Município e fixar diretrizes da política municipal de saúde.

§ 2.º O Conselho Municipal de Saúde terá como objetivo, dentre outros, formular e controlar a execução da política municipal de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

I – o Conselho Municipal de Saúde terá como Presidente o Secretário Municipal de Saúde;

II – deverão participar do Conselho Municipal de Saúde, representantes das entidades prestadoras de serviço, da Associação Médica Regional de Bandeirantes, os quais serão expressamente indicados, e da Comunidade, que serão escolhidos pela Câmara Municipal;

III – os representantes de cada categoria, na forma do inciso anterior, serão sempre em números iguais;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

IV – a lei complementar definirá o critério de escolha dos componentes da Conferência Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, a periodicidade das suas reuniões, bem como, as atribuições outras aqui não estabelecidas.

§ 3.º O Conselho Consultivo será eleito pela Associação Médica Regional de Bandeirantes, com participação de parte ou totalidade de seus membros com a finalidade de avaliação e estabelecer condutas e prioridades com referência aos recursos financeiros a serem aplicados no Sistema de Saúde.

Art. 152. Para fazer frente às necessidades financeiras decorrentes da implantação do atual Sistema de Saúde, fica criado o Fundo Municipal de Saúde, que será financiado com recursos orçamentários da União, da Seguridade Social, do Estado e do Município.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Saúde será administrado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 153. A lei complementar, obedecendo as normas gerais aqui estabelecidas, fixará a remuneração inicial da carreira médica no serviço público municipal, para uma carga horária de quatro horas/dia, ou seja, vinte horas semanais.

Parágrafo único. Poderá a lei complementar, também, adequar ou modificar quaisquer normas ou regras que foram consubstanciadas no presente Capítulo, caso não estejam estas em perfeita consonância com as regras gerais que nortearão o Sistema Único de Saúde.

Art. 154. A lei complementar definirá o percentual a ser aplicado pelo Município para a composição do fundo Municipal de Saúde, após conhecer os valores reais a serem aplicados pela União, pela Seguridade Social e pelo Estado.

Art. 155. Sempre que possível, o Município promoverá:



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

I – combate as moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas, particularmente, promovendo programas e eventos de combate e prevenção à AIDS;

II – combate ao uso de tóxicos;

III – serviços de assistência à maternidade e à infância;

IV – ajuda e assistência permanente às entidades de recuperação dos alcoólatras e dos viciados de qualquer tipo de drogas;

V – palestras e seminários, periodicamente, inclusive nas escolas, como forma de prevenir, sobre o perigo de uso dos tóxicos.

§ 1.º O Município descentralizando o atendimento à saúde, levará às Vilas e aos Bairros do Município, sempre que possível, postos ou mini-postos de atendimento à população.

§ 2.º A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal terá caráter obrigatório.

Art. 156. O Município, obrigatoriamente, dará ao lixo hospitalar, um tratamento diferenciado do lixo comum: a coleta será feita por carro especial e a destinação do mesmo deverá obedecer normas de segurança absoluta, em local apropriado, designado pela administração pública.

CAPÍTULO IV

Da Família

Art. 157. O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 1.º Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento, inclusive casamento de coletivos.

§ 2.º A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

§ 3.º Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual dispendo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4.º Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

- I – amparo às famílias numerosas e sem recursos;
- II – ação contra os males que são instrumentos de dissolução da família;
- III – estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;
- IV – colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação da criança;
- V – amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;
- VI – colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios para a solução do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação;
- VII – o Município garantirá os direitos da mulher, em especial das divorciadas e “mães solteiras”, independentemente de cor, religião e condição social.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

CAPÍTULO V

Da Educação

Art. 158. O dever do Município com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1.º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandado de injunção.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2.º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa a responsabilidade da autoridade competente.

§ 3.º Incentivar o ensino em tempo integral com as adaptações corretas dos estabelecimentos de ensino.

§ 4.º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 159. O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 160. O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1.º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do município e será ministrado de acordo com o credo do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável.

§ 2.º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3.º O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

Art. 161. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 162. Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao município no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudos para o ensino fundamental, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 163. O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, os cursos supletivos, as organizações beneficentes, culturais e amadoristas, nos termos da lei, sendo que as amadoristas e as colegiais terão prioridade no uso de estádios, ginásios, campos e instalações de propriedade do Município.

Art. 164. A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 165. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

CAPÍTULO VI

Da Cultura



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 166. É da competência comum da União, do Estado e do Município, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Art. 167. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Município protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2.º A Lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para diferentes seguimentos étnicos municipais.

Art. 168. Cabe ao Município promover o desenvolvimento cultural da comunidade local, mediante:

I – oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e letras;

II – cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesse histórico e artístico;

III – incentivo a promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais, com destaque para o folclore local e regional;

IV – incentivo a promoção de festivais de música popular, música sacra e inclusive música gospel.

§ 1.º O Município promoverá, pelo menos uma vez por ano os Jogos Florais de Bandeirantes (PR), mediante datas a serem fixadas pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, e sempre que possível com apoio



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

da União Brasileira de Trovadores – UBT, seções municipal e nacional, buscando o apoio da Academia Bandeirantense de Letras.

§ 2.º O Município promoverá também Concursos e Festivais de Música Populares para a revelação de valores locais, incluindo-se promoções de música gospel.

§ 3.º É facultado ao Município:

a) firmar convênios de intercâmbio e cooperação financeira com entidades públicas ou privadas para a prestação de orientação e assistência na criação e manutenção de bibliotecas públicas no Município;

b) promover, mediante incentivos especiais, ou concessão de prêmios e bolsas, atividades e estudos de interesse local, de natureza cultural, científica ou sócio econômica.

Art. 169. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Município com a cooperação da comunidade.

Parágrafo único. Cabe ao Município manter órgão ou serviço de gestão, preservação e pesquisa relativo ao patrimônio cultural paranaense, através da comunidade ou em seu nome.

CAPÍTULO VII

Do Desporto

Art. 170. É dever do Município, nos limites de sua competência, fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, assegurado:

I – autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

II – destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;

III – incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;

IV – criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;

V – estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares;

VI – tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;

VII – equipamentos e instalações adequadas à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência.

Art. 171. O Município estabelecerá e desenvolverá planos e programas de construções e instalações e manutenção de atividades desportivas comunitárias para a prática do desporto popular.

Art. 172. O Município incentivará o lazer como forma de promoção social, proporcionando meios de recreação sadia e construtiva à comunidade, mediante:

I – reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins e assemelhados com base física da recreação urbana;

II – construção e equipamentos de parques infantis, centro de juventude e edifício de convivência comunal;



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III – aproveitamento e adaptações de rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais, como locais de passeio e distração.

§ 1.º O Município incentivará as academias da primeira a terceira idade mantendo equipe especializada para assistência aos participantes das atividades.

§ 2.º O Município promoverá torneios e campeonatos de futebol de salão, começando pelas quadras cobertas dos bairros e vilas, e encerrando numa grande festa no Ginásio de Esportes 14 de Novembro (Chinelão).

§ 3.º O Município promoverá, também, torneios e campeonatos de bocha com participação de equipes da zona rural e da cidade.

§ 4.º O Município incentivará e promoverá festas do tipo “Peão do Boiadeiro” e similares; promoverá, também, torneios de motocross, e esportes radicais, incentivando diversão e lazer para nossa juventude.

CAPÍTULO VIII

Da Ciência e Tecnologia

Art. 173. O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica.

§ 1.º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Município, tendo em vista o bem público e progresso das ciências.

§ 2.º O Município apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que dela se ocuparem meios e condições especiais de trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 3.º A lei apoiará e estimulará empresas que invistam em pesquisas, criação de tecnologia adequada ao Município, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

CAPÍTULO IX

Da Comunicação Social

Art. 174. O Município, dando prioridade à cultura regional, estimulará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão restrição, observados os princípios da Constituição Federal.

CAPÍTULO X

Do Meio Ambiente

Art. 175. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Município e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1.º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público municipal cumprir, e fazer cumprir, os preceitos e as normas enumeradas no § 1º do art. 207, da Constituição Estadual.

§ 2.º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 3.º As pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades poluidoras terão, definidas em lei municipal, as responsabilidades e as medidas a serem adotadas com os resíduos por elas produzidos, e obrigadas, sob pena de suspensão do licenciamento, a cumprir as diretrizes estabelecidas pelo órgão competente, na forma da lei.

§ 4.º As desafetações de bens públicos para fins de alienação previstas nesta Lei, só serão autorizadas pela Câmara Municipal com a apresentação do competente estudo de impacto ambiental e observadas as condições fixadas na Lei do Plano Diretor.

§ 5.º O Município incentivará e promoverá a implantação de parques ecológicos, usando encostas e áreas verdes de seu território; cuidará igualmente da implantação de preservação de matas ciliares de modo a resguardar nossos rios.

CAPÍTULO XI

Do Turismo

Art. 176. O município promoverá o desenvolvimento do turismo no seu território incentivando de maneira especial o Turismo Religioso e Ecológico aproveitando suas potencialidades do Santuário São Miguel Arcanjo.

CAPÍTULO XII

Da Política Urbana

Art. 177. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 1.º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2.º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

§ 3.º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 178. O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1.º O Município poderá, mediante lei específica, para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II – imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 2.º Poderá também o Município organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo Poder Público, destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

Art. 179. São isentos de tributos os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho de pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 180. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1.º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à sua mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2.º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Art. 181. Será isento do imposto sobre propriedade predial e territorial urbano o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

CAPÍTULO XIII

Da Política Agrícola e Agrária

Art. 182. O Município promoverá o desenvolvimento do meio rural, de acordo com as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais, mobilizando os recursos do setor público em sintonia com a atividade privada e mediante a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural, contando com a efetiva participação das organizações atuantes no meio rural, profissionais, técnicos e líderes da comunidade, para identificação dos problemas, formulação de propostas de solução e sua execução.

Parágrafo único. O Plano de Desenvolvimento Rural, estabelecerá os objetivos e metas a curto, médio e longo prazo, e será desdobrado em planos operativos anuais, que integrarão recursos, meios e programas, dos vários organismos da iniciativa privada e governo municipal, estadual e federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 183. Caberá ao Poder Executivo Municipal coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural, integrando as ações dos vários organismos com a atuação na área rural do Município, mantendo consonância com a política agrícola do Estado e da União, contemplando principalmente:

I – investimentos em benefícios sociais existentes na área rural;

II – a ampliação e manutenção da rede viária rural para atendimento ao transporte humano e à produção;

III – a conservação e sistematização dos solos;

IV – a preservação da flora e fauna;

V – a proteção ao meio ambiente e combate à poluição;

VI – o fomento à produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar;

VII – a assistência técnica e a extensão rural oficial;

VIII – a irrigação e drenagem;

IX – a habitação rural;

X – a fiscalização sanitária, e de uso do solo;

XI – a organização do produtor e trabalhador rural;

XII – o beneficiamento e a industrialização de produtos da agropecuária;

XIII – outras atividades e instrumentos de política agrícola.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. A Lei definirá os objetivos e a participação do Município no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica agrícolas do Município, a ser feito em convênio com a Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”, com o Instituto Ambiental do Paraná – IAPAR, com a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, e outros institutos afins.

Art. 184. O Poder Público Municipal assegurará a orientação técnica da produção agropecuária, o estímulo à organização rural e os conhecimentos sobre racionalização de uso dos recursos naturais, prioritariamente aos pequenos produtores, cooperando com os governos Federal e Estadual, na manutenção de unidade do serviço de assistência técnica e extensão rural oficial, no Município.

Art. 185. Lei Municipal instituirá o Conselho de Desenvolvimento Rural, integrado pelos organismos, entidades da classe e lideranças atuantes no meio rural do Município, presidido pelo Prefeito Municipal e com as funções principais de:

I – recomendar o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado;

II – participar na elaboração do plano operativo anual, articulando as ações dos vários organismos;

III – opinar sobre a distribuição de recursos de qualquer origem, destinados ao atendimento da área rural;

IV – acompanhar, apoiar e avaliar a execução dos planos e programas agrícolas em desenvolvimento no Município;

V – analisar e sugerir medidas corretivas e de preservação do meio ambiente municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 186. Observada as leis federal e estadual, o Poder Municipal colocará seus órgãos e recursos afins, no sentido de participar efetivamente da implantação de assentamento no Município, juntamente com os organismos federal e estadual, desempenhando ações concretas, como a construção de estradas e infra-estrutura básica, atendimento à saúde, educação, apoio e orientação técnica e extensão rural, além de outras ações e serviços indispensáveis à viabilização da Reforma Agrária.

CAPÍTULO XIV

Da Habitação

Art. 187. A política habitacional do Município será privativa, e desenvolvida com a participação da sociedade, ou integrada à política habitacional do Estado e da União, de acordo com os seguintes princípios:

I – atendimento prioritário à família carente;

II – formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão ou autoconstrução;

III – estímulo e incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;

IV – aquisição de áreas para implantação de lotes urbanizados a preços acessíveis, facilitando ao trabalhador a edificação de sua casa própria.

Art. 188. Será obrigatória a participação popular, através de entidade representativa, na discussão e na elaboração de programas municipais sobre habitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO V

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 189. Incumbe ao Município:

I – ouvir, permanentemente, a opinião pública; para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, os Poderes Executivo e Legislativo divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II – adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III – facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão.

Art. 190. É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal.

Art. 191. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 192. O Município não poderá dar nome de pessoas vivas à bens e serviços públicos de qualquer natureza.

~~Parágrafo único. Para os fins deste artigo, somente após um ano do falecimento poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidades marcantes que tenham desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, do Estado ou do País, ou se distinguido por práticas de ações filantrópicas.~~ (Revogado pela Emenda nº 05/2021)



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 193. Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todos os credos religiosos praticar neles os seus ritos.

Art. 194. Até a promulgação da lei complementar referida no art. 136 desta Lei Orgânica, é vedado ao Município dispendir mais do que sessenta por cento do valor da receita corrente, limite este a ser alcançado no máximo, em cinco anos, à razão de um quinto ao ano.

Art. 195. Até a entrada em vigor da lei complementar federal, o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito, e o projeto de lei orçamentária anual, serão encaminhados à Câmara até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvidos para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 196. Fica assegurado a qualquer cidadão residente no Município, o uso da palavra, por dez minutos no máximo, nas sessões ordinárias da Câmara Municipal, para discorrer sobre reivindicações e melhorias para a sua rua, bairro e outros assuntos de interesse coletivo e da municipalidade, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

I – se inscreva até o prazo estabelecido no Regimento Interno da Casa, devendo constar no requerimento o assunto a ser tratado;

II – se subordine às normas regimentais durante o seu pronunciamento, que nunca poderá ser para questões e assuntos de caráter pessoal do orador inscrito.

Parágrafo único. Somente haverá a inscrição de um Orador por sessão.

~~Art. 196-A. No exercício financeiro de 2019, o prazo para encaminhamento das emendas parlamentares pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, na forma prevista no §1º do artigo 125-A desta Lei Orgânica, será até 31 de agosto. [\(Incluído pela Emenda nº 03/2019\)](#)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 196-A. No exercício financeiro de 2023, será até 31 de agosto o prazo para encaminhamento das emendas parlamentares individuais e de bancada pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, na forma prevista no §1º do artigo 125-A e no §4º do artigo 125-B desta Lei Orgânica. ([Redação dada pela Emenda nº 09/2023](#))

Art. 197. Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 29 de abril de 2014.

Sonia Regina Zambone
Presidente

Vanderlei Ferreira da Cunha
1º Secretário

Vereadores da Câmara Municipal

Sonia Regina Zambone
Presidente

Claudemir Pedro
Vice-Presidente

Vanderlei Ferreira da Cunha
1º Secretário

Raphael Cyríaco Gomes Chaves
2º Secretário

Eduardo José Serra do Espírito Santo
Vereador

Francisco de Assis Goulart Barbosa



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Vereador

Jailton de Jesus Rocha
Vereador

José Fernandes da Silva
Vereador

José Roque de Moraes
Vereador

Luiz Carmelo Comegno
Vereador

Marcos Antonio da Silva
Vereador

Paulo Aparecido Ferreira Barbosa
Vereador

Valbeti Aparecido Palugan
Vereador